

§ 3º Além da correção nos termos previstos no parágrafo anterior, as multas ambientais serão acrescidas de 1% (um por cento) ao mês, até o seu pagamento, contados da data de trânsito em julgado decisão administrativa referente a autuação.

§ 4º O mandato dos membros da JARIA será de dois anos, permitida a recondução.

Art.16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seropédica-RJ, 18 de dezembro de 2025.

Lucas Dutra dos Santos
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Gabinete do Prefeito



LEI MUNICIPAL Nº 929, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

CRIA O COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE E DOS DADOS PESSOAIS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SEROPÉDICA, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 786/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCAS DUTRA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 74 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica, que tem por finalidade, dentre outras:

- I* – assessorar a Diretoria-Executiva em todas as questões relacionadas à segurança da informação;
- II* – dar suporte ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais; e
- III* – auxiliar na implementação do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Art. 2º O Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais será composto por 03 (três) membros, sendo eles:

- I* – o Encarregado de Tratamento dos Dados Pessoais da Autarquia;
- II* – o Chefe de Tecnologia da Informação da Autarquia; e
- III* – um servidor da Autarquia, escolhido pelo Diretor-Presidente, após aprovação pelo Conselho de Administração.

§ 1º A nomeação se dará por Portaria do Diretor-Presidente para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente do Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais serão escolhidos pelos seus integrantes, para mandato de 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição no mesmo cargo.

Art. 3º O Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, tendo como critério de abertura da reunião o quórum mínimo de 2 (dois) membros.

Parágrafo único. As ausências dos membros do Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais nas reuniões deverão ser justificadas, facultado ao Diretor-Presidente propor ao Conselho de Administração a substituição do membro em caso de reincidência.

Art. 4º Ao Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais compete:

- I* – apoiar o trabalho do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais;
- II* – auxiliar na elaboração do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- III* – aprovar o Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- IV* – fornecer informações, tirar dúvidas e prestar esclarecimentos acerca do tratamento de dados pessoais;
- V* – reavaliar, em conjunto com os responsáveis pelos sistemas, processos de negócio, serviços e políticas públicas, a efetiva necessidade dos tratamentos de dados pessoais realizados;

- VI* – analisar o nível de criticidade em caso de incidente de segurança com dados pessoais;
- VII* – documentar as respostas aos incidentes;
- VIII* – elaborar e revisar a Política de Segurança da Informação e os demais documentos auxiliares;
- IX* – propor normas relativas à segurança da informação;
- X* – escolher o seu Presidente e Vice-Presidente; e
- XI* – elaborar seu Regimento Interno.

Art. 5º Os servidores designados para o Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais exercerão as atividades previstas neste ato preferencialmente sobre suas atribuições funcionais.

Art. 6º Aos membros do Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais será pago um jeton mensal no valor de 1/5 do salário mínimo nacional vigente desde que compareçam à respectiva reunião ordinária do mês, nela permanecendo por no mínimo 80% do seu tempo de duração.

Art. 7º O Comitê de Segurança da Informação e Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais está vinculado diretamente ao Gabinete do Diretor-Presidente, devendo remeter-se ao mesmo sempre que necessário, a quem compete fornecer toda a estrutura necessária ao pleno funcionamento do Comitê.

Art. 8º Fica criado, no âmbito da Diretoria Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica, a Assessoria Especial, que compete:

- I* – apoiar tecnicamente a tomada de decisões da Diretoria;
- II* – analisar e propor soluções para questões complexas ou estratégicas na área;
- III* – elaborar pareceres, relatórios e estudos técnicos sobre temas de interesse da área;
- IV* – acompanhar e monitorar projetos e ações institucionais;
- V* – auxiliar na articulação interna e externa com outros setores, órgãos, fornecedores, parceiros ou entes públicos; e
- VI* – garantir a coerência administrativa entre as ações da diretoria e as diretrizes gerais do Instituto.

Art. 9º Ao Assessor Especial, símbolo FC 5, compete:

- I* – assessorar o Diretor na análise e aprovação de processos administrativos e financeiros;
- II* – preparar minutas de despachos, relatórios e pareceres técnicos;
- III* – acompanhar o cumprimento das metas e indicadores do setor administrativo e financeiro;
- IV* – auxiliar na elaboração, execução e acompanhamento do orçamento anual;
- V* – apoiar o controle de despesas, contratos, convênios e licitações;
- VI* – colaborar com o planejamento de recursos e otimização de gastos;
- VII* – acompanhar questões relativas a recursos humanos, patrimônio, compras e serviços gerais;
- VIII* – auxiliar na coordenação de equipes e processos administrativos internos;
- IX* – garantir que as atividades estejam em conformidade com as normas legais e de controle interno;
- X* – atuar como elo entre a Diretoria Administrativa e Financeira e os demais setores do Instituto; e
- XI* – representar o Diretor, quando designado, em reuniões, comissões ou grupos de trabalho.

Art. 10 Fica criado, no âmbito do Gabinete do Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica, o Setor de Tecnologia da Informação, que compete:

- I* – realizar a gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica e de comunicação;
- II* – adotar medidas e procedimentos que atender aos requisitos da segurança da informação;
- III* – realizar o desenvolvimento, suporte e manutenção dos sistemas dentro das possibilidades do Instituto;
- IV* – efetivar a gestão da informação e a transformação digital; e
- V* – elaborar o planejamento estratégico de TI e a Governança.

Art. 11 Ao Chefe do Setor de Tecnologia da Informação, símbolo FC 5, compete:

- I* – Definir metas, prioridades e indicadores de desempenho da área de TI;
- II* – Assegurar que as ações de TI estejam alinhadas ao planejamento estratégico do Instituto;
- III* – Propor inovações tecnológicas que aumentem a eficiência administrativa e a transparência pública;
- IV* – Coordenar e orientar a equipe técnica do setor;
- V* – Distribuir tarefas, acompanhar o cumprimento de prazos e avaliar resultados;



- VII* - Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional da equipe;
- VIII* - Zelar pelo cumprimento das normas internas e boas práticas de segurança digital;
- IX* - Supervisionar a manutenção da rede, servidores, computadores e equipamentos de TI;
- X* - Acompanhar a implantação, atualização e funcionamento de sistemas corporativos;
- XI* - Garantir a integridade e disponibilidade dos dados institucionais;
- XII* - Autorizar e validar solicitações de suporte técnico e demandas de sistemas;
- XIII* - Gerir os perfis de acesso dos usuários e controlar permissões nos sistemas;
- XIV* - Supervisionar backups, cópias de segurança e medidas contra invasões ou vazamentos;
- XV* - Participar da elaboração de termos de referência e editais de licitação para aquisição de equipamentos, softwares e serviços de TI; e
- XVI* - Avaliar custos, benefícios e riscos em projetos de tecnologia.

Art. 12 Fica alterado o símbolo da Função de Agente de Contratação prevista no art. 60 da Lei Municipal nº 786/2022 para FC-5.

Art. 13 Fica criado no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica, a Gratificação por Encargo de Função - GEF que destina-se a remunerar encargos extraordinários pelo exercício de funções que não exigem a criação de cargo efetivo ou comissionado, ou função de confiança, devido ao porte da autarquia e suas limitações de despesa com pessoal impostas pela Taxa Administrativa.

§ 1º A gratificação será paga a servidores titulares de cargos de provimento efetivo ou de provimento em comissão, com responsabilidades e atribuições superiores às decorrentes do trabalho normal, sem prejuízo de suas regulares competências funcionais.

§ 2º São funções extraordinárias que serão remuneradas pela GEF, as seguintes:

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO	GRATIFICAÇÃO
Gestor de Recursos	GEF-1	01	R\$ 1.500,00
Ouvidor	GEF-2	01	R\$ 750,00
Encarregado de Proteção de Dados Pessoais	GEF-2	01	R\$ 750,00

§ 3º Compete ao Diretor-Presidente a designação do servidor que exercerá a função extraordinária.

§ 4º Os servidores no exercício das funções extraordinárias responderão diretamente ao Gabinete do Diretor-Presidente.

Art. 14 O Gestor de Recursos deverá possuir certificação vigente, sendo o responsável pela aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social, devendo atender os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, competindo-lhe:

- I* - acompanhar a aplicação e o resgate dos recursos, monitorando o rendimento;
- II* - efetuar aplicações dos recursos assinando a APR - Autorização de Aplicação Resgate;
- III* - assinar em conjunto com o Diretor-Presidente e o Diretor de Administração e Finanças os documentos relativos às aplicações e resgates;
- IV* - adotar as medidas necessárias ao cumprimento da meta atuarial; e
- V* - garantir a transparência e a probidade na aplicação dos recursos.

Art. 15 O Ouvidor é o responsável pelo canal de comunicação entre a sociedade e a autarquia, devendo possuir certificação em ouvidoria, competindo-lhe:

- I* - receber todos os registros de elogios, críticas, reclamações, sugestões, denúncias e pedidos de informações, dando-lhes o necessário tratamento e providenciando as respostas e adotando as providências necessárias, quando for o caso;
- II* - coletar, analisar e interpretar dados necessários ao processamento das informações recebidas;
- III* - acompanhar, até a solução final, todos os registros;
- IV* - propor ao Gabinete do Diretor-Presidente a adoção de providências, visando melhorar o desempenho da autarquia e de seus empregados; e

- V* - garantir o livre acesso à informação conforme determina a Lei Federal nº 12.527 de 2011, adotando as medidas necessárias ao seu cumprimento, em especial quanto aos prazos das respostas.

Art. 16 O Encarregado de Proteção de Dados Pessoais é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) conforme determina o inciso VIII, art. 5º da Lei Federal nº 13.709 de 2018, competindo-lhe:

- I* - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II* - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- III* - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- IV* - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares;
- V* - atuar em conjunto com o Comitê de Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais; e
- VI* - liderar os processos de desenvolvimento, implementação e monitoramento do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Art. 17 A Lei Municipal nº 786/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

“Art. 9º [...]

- I* - 2 (dois) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, dentre os servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos com formação em nível superior, certificação vigente, eleitos diretamente por seus pares, através de voto individual em processo eleitoral, permitida a reeleição uma única vez;
- II* - 2 (dois) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, dentre os servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos com formação em nível superior, certificação vigente, indicados pelo Prefeito Municipal, permitida a recondução uma única vez; e
- III* - o Diretor-Presidente, na qualidade de membro nato, e o Diretor Administrativo e Financeiro como seu suplente.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os membros mencionados no inciso II deste artigo, para mandato de 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição.

§ 2º [...]

[...]

Art. 12 Aos membros do Conselho de Administração será pago um jeton mensal, desde que compareçam à respectiva reunião ordinária do mês, nela permanecendo por no mínimo 80% do seu tempo de duração, nos seguintes valores:

- I* - 1/3 do salário mínimo nacional vigente aos membros sem certificação vigente; e
- II* - 1/2 do salário mínimo nacional vigente aos membros com certificação vigente.

[...]

Art. 14 [...]

- I* - 2 (dois) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, dentre os servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos com formação em nível superior, certificação vigente, eleitos diretamente por seus pares, através de voto individual em processo eleitoral, permitida a reeleição uma única vez; e
- II* - 1 (um) conselheiro titular e seu respectivo suplente, dentre os servidores públicos municipais efetivos ativos e inativos com formação em nível superior, certificação vigente, indicados pelo Prefeito Municipal, permitida a recondução uma única vez.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Fiscal serão escolhidos dentre os membros mencionados no inciso I deste artigo para mandato de 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição no mesmo cargo.

§ 2º [...]

[...]

Art. 20 O Comitê de Investimentos será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pelo Diretor-Presidente dentre aqueles que tenham vínculo com o ente federativo ou com a autarquia, sendo a maioria servidores efetivos e segurados do RPPS, com certificação vigente, após aprovação pelo Conselho de Administração.

[...]

§ 3º Fica autorizado o pagamento aos membros do Comitê de Investimentos de GDI – Gratificação de Desempenho de Investimentos, no valor de 3 salários mínimos nacionais vigentes, quando o resultado dos investimentos superar a meta de rentabilidade do ano prevista na Política de Investimentos.

§ 4º A GDI será paga no mês de fevereiro após apuração do resultado dos investimentos do ano anterior.



[...]

Art. 105 (...)

§ 1º Compete ao Seroprevi a organização, implementação e gerenciamento da programação do recenseamento.

§ 2º Aos patrocinadores compete todo apoio necessário ao Seroprevi para realização do recenseamento, incluindo o acesso ao banco de dados cadastrais.

[...]

Art. 18 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

AUTORIA: Poder Executivo.

Seropédica-RJ, 18 de dezembro de 2025.

Lucas Dutra dos Santos
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Gabinete do Prefeito

**LEI MUNICIPAL Nº 930, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCAS DUTRA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 74 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O procedimento de licenciamento ambiental municipal será de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que poderá realizar parcerias, convênios, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres com Órgãos ou Instituições Públicas Federais ou Estaduais, objetivando a cooperação nas áreas de fiscalização e licenciamento ambiental.

Art. 2º - As licenças ambientais devem ser emitidas com a observância dos seguintes prazos de validade:

I - Para a Licença Municipal Prévia (LMP), no mínimo, 3 (três) anos e, no máximo, 6 (seis) anos, considerado o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, dos programas e dos projetos relativos à atividade ou ao empreendimento aprovado pela autoridade licenciadora;

II - Para a Licença Municipal de Instalação (LMI), no mínimo, 3 (três) anos e, no máximo, 6 (seis) anos, considerado o estabelecido pelo cronograma de instalação da atividade ou do empreendimento aprovado pela autoridade licenciadora;

III - Para a Licença Municipal de Operação (LMO), no mínimo, 5 (cinco) anos e, no máximo, 10 (dez) anos, considerados os impactos ambientais do tipo de atividade ou empreendimento;

IV - Para a Licença Municipal Ambiental Simplificada (LMAS), no mínimo, 5 (cinco) anos e, no máximo, 10 (dez) anos, conforme a natureza da atividade ou empreendimento considerado de baixo impacto ambiental.

Art. 3º - Aplica-se ao procedimento de licenciamento ambiental municipal, no que couber, às normas estabelecidas na Lei nº 15.190/2025, a partir de sua entrada em vigor.

Art. 4º - Compete ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação da presente Lei por Decreto Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Seropédica-RJ, 18 de dezembro de 2025.

Lucas Dutra dos Santos
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Gabinete do Prefeito

**LEI MUNICIPAL Nº 931, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025**

Altera a Lei Municipal nº 272/2005, que criou o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Seropédica e cria o Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas especialmente pela Lei Orgânica do Município, fez saber que a Câmara de Vereadores de Seropédica aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Seropédica - CMDM, órgão de deliberação colegiada, partidária, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Defesa dos Direitos e Políticas Públicas da Mulher e da Família de Seropédica, responsável pela coordenação da Política Municipal dos Direitos da Mulher de Seropédica, cujo os membros titulares e suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal de Seropédica, mediante indicação do representante legal das pasta dos Órgãos do Governo Municipal e da Sociedade Civil, e terão mandato de 2 (dois) anos, permita sua recondução.

Art.2º. – Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Seropédica – CMDMS:

- I. desenvolver ação integrada e articulada como conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos;
- II. Fiscalizar o cumprimento das Leis Federais, Estaduais e Municipais que atendam os interesses das mulheres;
- III. Indicar diretrizes e propor políticas públicas de igualdade de gênero em todos os níveis da Administração Pública Municipal direta e indireta;
- IV. Indicar a aprovar critérios e parâmetros para a avaliação e monitoramento das ações e políticas públicas com a perspectiva de gênero, assegurando assim a defesa e ampliação dos direitos das mulheres;
- V. Estimular e promover estudos, debates, programas, projetos e pesquisas sobre a realidade da mulher com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visam a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;
- VI. Organizar, coordenar e realizar em parceria com o Executivo Municipal a cada (2) dois anos a Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Seropédica, precedida de debates descentralizadas na cidade que terá atribuições de avaliar a situação da Política Nacional dos Direitos da Mulher, no âmbito municipal e propor diretrizes pelo aperfeiçoamento do mesmo; Propor e deliberar sobre os critérios de definição e aplicação de recursos destinados à definição orçamentária para garantir a implementação das ações e políticas para as mulheres e critérios sobre a estimativa de recursos para assegurar estas políticas;
- VII. Promover articulação com outros Conselhos Municipais para a discussão da política municipal para igualdade de gênero com o objeto de que as questões referentes às relações de gênero sejam incorporadas a todas as áreas e políticas públicas;
- VIII. Acompanhar, opinar, sugerir e deliberar sobre diretrizes, formular projetos, programas, eventos, planos e políticas públicas municipais referentes aos direitos das mulheres;
- IX. Receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-os aos órgãos competentes para as providências cabíveis além de acompanhar os procedimentos pertinentes;
- X. Manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de mulheres, em suas várias expressões, apoiando suas atividades, sem interferir em seu conteúdo e orientações própria;
- XI. Solicitar aos órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais certidões, atestados, informações, cópias de documentos de expedientes e processos administrativos ao qualquer outra documentação que contribui para o acompanhamento, defesa e ampliação dos direitos das mulheres;

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA
SEÇÃO I

COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Seropédica – CMDMS será composto por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, de forma partidária, sendo 6 do Órgão Governamental e 06 da Sociedade Civil:

I. Do Governo Municipal:

- a) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal da Defesa dos Direitos e Políticas Públicas da Mulher e da Família;
- b) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Administração;
- e) 01 (um) representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social;
- f) 01 (um) representantes do NIAM.

